

## Lei Ordinária nº 1511/2007

Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Camapuã - MS, para o exercício financeiro de 2008 e dá outras providências.

MOYSÉS NERY, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMAPUÃ, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Publicada em 27 de setembro de 2007

### Art. 1°.

Esta Lei estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Camapuã, para o exercício financeiro de 2008, compreendendo:

- I o Orçamento Fiscal, referente aos Poderes do Município, seus Fundos, e unidades da Administração Pública Municipal Direta.
- I o Orçamento da Seguridade Social, abrangendo Fundos e Unidades da Administração Pública Direta.
- **Art. 2°.** O conjunto do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Município de Camapuã, para o exercício de 2008, estima a Receita e fixa a Despesa em igual valor de R\$ 22.541.000,00 (vinte e dois milhões, quinhentos e quarenta e um mil reais), importando o Orçamento Fiscal em R\$ 15.614.400,00 (quinze milhões, seiscentos e quatorze mil e quatrocentos reais) e o Orçamento da Seguridade Social em R\$ 6.926.600,00 (seis milhões, novecentos e vinte e seis mil e seiscentos reais).
- **Art. 3°.** A Receita Orçamentária, decorrerá da arrecadação de tributos, transferências constitucionais e outras receitas correntes e de capital, de acordo com a legislação vigente, discriminada nos quadros anexos, tendo o seguinte desdobramento:

### **RECEITA CONSOLIDADA**

Receitas Correntes	
Receita Tributária	R\$
Receitas de Contribuições	R\$
Receita Patrimonial	R\$
Receita de Serviços	R\$

21

Transferências Correntes	R\$	1
Outras Receitas Correntes	R\$	
b) Receitas de Capital	R\$	1
Alienação de Bens	R\$	
Amortização de Empréstimo	R\$	
Transferências de Capital	R\$	
c) Receitas Correntes Intra-Orçamentária	R\$	
Receita de Contribuições	R\$	
Outras Receitas Correntes	R\$	
Total Geral da Receita	R\$	22

### Art. 4°.

O Orçamento para o exercício de 2008, por ser uno conforme consagra a lei, inclui todas as receitas devidas ao Município, a qualquer título, inclusive as que se destinam aos Fundos Especiais, e, também, todas as despesas fixadas para a administração direta e para cada Fundo Especial, na condição de Unidade Orçamentária.

- **Art. 5°.** Os gestores dos respectivos Fundos Especiais deverão, para efeito de execução orçamentária, adotar, cada um, o Quadro Demonstrativo da Receita e Plano de Aplicação dessas unidades que acompanham, como anexo, a presente Lei, conforme preceitua o inciso I, § 2º do art. 2º da Lei n. º 4.320/64.
- **Art. 6°.** A Mesa da Câmara e os Gestores dos Fundos Especiais encaminharão ao Setor de Contabilidade da Prefeitura, até o dia 20 (vinte) do mês subseqüente, os Balancetes Mensais, para fins de incorporação e consolidação ao sistema central de contabilidade, com vistas ao atendimento do que dispõe os arts. 50 e 52 da Lei Complementar n. º 101 de 04 de maio de 2000.
- **Art. 7**°. A Despesa será realizada de acordo com as especificações constantes dos quadros que integram esta Lei, observado o seguinte desdobramento:

Despesas Correntes	R\$	
Despesas de Capital	R\$	
Reserva de Contingência	R\$	

-

# DESPESA POR UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	FISCAL	SEGURIDADE	TOTA
PODER LEGISLATIVO			
Câmara Municipal	1.071.480,00		
PODER EXECUTIVO			
Gabinete do Prefeito	600.000,00		
Assessoria Jurídica	33.400,00		
Secretaria Municipal de Administração	1.592.000,00		
. Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Camapuã – Camapuã-Prev		905.000,00	
Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento	1.000.000,00		
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável	30.000,00		
. Fundo Municipal de Meio Ambiente de Camapuã	22.000,00		
Secretaria Municipal de Assistência Social		486.000,00	
. Fundo Municipal de Assistência Social		758.000,00	
. Fundo Mun. da Criança e do Adolescente		20.000,00	
. Fundo Municipal de Investimentos Sociais		145.000,00	
. Fundo Municipal de Habitação Popular – FUNDHAB		100.000,00	
Secretaria Mun. De Educ. Cult. e Esportes	2.571.120,00		
Fundo Munic. de Manut. e Desenv. da Educação Básica e Valorização de Magistério – FUNDEB	2.240.000,00		
Secretaria Mun. de Obras e Serv. Públicos	5.530.400,00		

. Fundo Municipal de Saúde

3.877.000,00

Encargos Gerais do Município – Recursos Sob Supervisão da

Sec. Mun. Finan. e Planejamento

699.000,00

Reserva de Contingência

225.000,00

15.614.400,00

6.926.600,00

### Art. 8°.

Fica o Poder Executivo, respeitadas as demais prescrições constitucionais e nos termos da Lei nº 4.320/64, autorizado a abrir créditos suplementares até o valor correspondente a 30% (trinta por cento), das despesas autorizadas na presente lei, dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, com a finalidade de suprir eventuais deficiências, ou incorporar valores que excedam as previsões constantes desta Lei, mediante a utilização de recursos provenientes previstos no § 1º do art. 43 da Lei n. º 4320/64.

- Art. 9°. O limite autorizado no artigo anterior não será onerado quando o crédito se destinar a:
- I atender insuficiências de dotações de Pessoal e Encargos Sociais;
- II atender despesas financiadas com recursos vinculados a operações de crédito, autorizadas por lei, convênios, auxílios e/ou contribuições transferidas da União, do Estado e de suas Entidades;
- **III -** incorporar o superávit financeiro, apurados em 31 de dezembro de 2007, e o excesso de arrecadação de recursos vinculados e quando se configurar receita do exercício superior às previsões de despesas fixadas nesta Lei.

### **Art. 10°.** Fica o Poder Executivo autorizado ainda a:

TOTAL GERAL.....

- I tomar todas as medidas necessárias para ajustar os dispêndios ao efetivo comportamento da receita e a realizar Operações de Crédito por Antecipação da Receita Orçamentária, conforme permissão contida no § 8º do artigo 165, obedecido o limite estabelecido no inciso III do art. 167, ambos da Constituição Federal e Resolução nº 43, de 21 de dezembro de 2001 do Senado Federal;
- II proceder à centralização parcial ou total de dotações da Administração Municipal, quando for da conveniência e do interesse público;
- **III -** promover a concessão de subvenções sociais a entidades públicas ou privadas, mediante Convênios, observado o disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias e, ainda, assinar convênios de mútua colaboração com órgãos e entidades da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, obedecendo respectivamente:

- a) a Instrução Normativa nº 01, de 15 de janeiro de 1997, da Secretaria do Tesouro Nacional;
- **b)** ao interesse e conveniência do Município.
- **Art. 11** Ficam aprovados os Quadros Demonstrativos da Receita e Plano de aplicação para o exercício de 2008, dos seguintes Fundos Especiais, que acompanham a presente Lei:
- I Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Camapuã Camapuã-Prev, vinculado à Secretaria Municipal de Administração, no valor de R\$ 905.000,00 (novecentos e cinco mil reais);
- II Fundo Municipal de Meio Ambiente de Camapuã, vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável, no valor de R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais);
- III Fundo Municipal de Assistência Social, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, no valor de R\$ 758.000,00 (setecentos e cinqüenta e oito mil reais);
- **IV** Fundo Municipal da Criança e do Adolescente, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais);
- **V** Fundo Municipal de Investimentos Sociais, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, no valor de R\$ 145.000,00 (cento e quarenta e cinco mil reais);
- **VI -** Fundo Municipal de Habitação Popular FUNDHAB, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais);
- **VII -** Fundo Munic. de Manut. e Desenv. da Educação Básica e Valorização de Magistério FUNDEB, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, no valor de R\$ 2.240.000,00 (dois milhões, duzentos e quarenta mil reais);
- **VIII -** Fundo Municipal de Saúde, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, no valor de R\$ 3.877.000,00 (três milhões, oitocentos e setenta e sete mil reais);
- **Art. 12** Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2008.

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em

Original, Prefeitura Municipal de Camapuã/MS, 27 de setembro de 2007.

## **MOYSÉS NERY**

**Prefeito Municipal**